SIGRH CRH CT-COB	MEMÓRIA DA 126ª REUNIÃO Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos - CTCOB	
	Atividade 126ª Reunião da CTCOB do CRH	Ata: 16.12.2022

Data: 12/12/2022	Coordenadora: Laura Stela Naliato Perez
Local: Virtual – Plataforma Teams	Relatora: Laura Stela Perez
Início: 09h00	Término: 12h00

1. Participantes:

Registrados a partir de reunião virtual

REPRESENTANTE (ESTADO)	Presente Justificado Faltou	TITULAR/ SUPLENTE	ENTIDADE
Antonio Carlos Coronato	-	TITULAR	SIMA/DAEE
Lilian Barrella Peres	P	SUPLENTE	SIMA/CETESB
Laura Stela Perez	P	SUPLENTE	SIMA/CRHi
Bruno Raniely Gonçalves Santos	P	SUPLENTE	SIMA/SABESP
Alexandre Mazzoni Grassi	F	TITULAR	Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Marcio da Silva Queiroz	P	SUPLENTE	Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Alaído Silveira Dias	F	TITULAR	Secretaria da Fazenda e Planejamento
Antonio Celso Xavier	F	SUPLENTE	Secretaria da Fazenda e Planejamento
SEM INDICAÇÃO		TITULAR	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SEM INDICAÇÃO		SUPLENTE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico

REPRESENTANTE (MUNICÍPIO)	Presente Justificado Faltou	TITULAR/ SUPLENTE	ENTIDADE
Paulo Roberto Szeligowski Tinel	P	TITULAR	Santa Bárbara D'Oeste
SEM INDICAÇÃO		SUPLENTE	Dumont
André Luiz das Neves	F	TITULAR	Diadema
Alisson Carlos Félix	F	SUPLENTE	Diadema
Eder da Silva Costa	P	TITULAR	Riversul (Itapetininga)
Joacir dos Santos Prado	F	SUPLENTE	Riversul
Victor Hugo Ozório	F	TITULAR	Martinópolis
SEM INDICAÇÃO		SUPLENTE	Martinópolis

REPRESENTANTE (SOCIEDADE CIVIL)	Presente Justificado Faltou	TITULAR/ SUPLENTE	ENTIDADE
Alexandre Luis Almeida Vilella	P	TITULAR	FIESP
André Elia Neto	F	SUPLENTE	UNICA
Gilmar Ogawa	J	TITULAR	FAESP
Nelson de Campos Lima	P	SUPLENTE	ABES
Gustavo Arthur Mechlin Prado	F	TITULAR	ASSEMAE
André Nascimento	F	SUPLENTE	ABCON
Mariza Guimarães Prota	P	TITULAR	AESABESP
Valéria Ap. Berto Isola	P	SUPLENTE	ABAG

Convidados:

- Bruno Bitencourt – SABESP
- Rodrigo Flecha – HIDROBR
- Gabriel Nobre – HIDROBR
- Bruna Petrini – Agência PCJ
- Aline Briques – Agência PCJ
- Lilian Cruz – Agência PCJ

Pauta:

- Aprovação das memórias das 124ª e 125ª reuniões
- Fechamento do Parecer CTCOB 02/2022
- Avaliação das deliberações CBH-PS 10 e 11 de 2022

Assuntos Tratados:**1. Aprovação das atas das reuniões 124 e 125**

Atas aprovadas

2. Fechamento do Parecer CTCOB 02/2022

A Sabesp encaminhou contribuições ao Parecer 02/2022 por e-mail à coordenação da Câmara, apenas minutos antes do início da reunião, os quais já foram inseridos na minuta a ser avaliada.

Após discussões, ficou acertado que deverão ser incluídas as considerações decorrentes da avaliação das deliberações 10 e 11 do CBH-PS no Parecer 02, e o mesmo ser avaliado na próxima reunião.

Como ainda está na forma de minuta inicial, a coordenação vai fazer uma revisão do texto, atentando para colocar as recomendações como ações afirmativas sobre o que deve ser adequado pelo CBH-PS.

3. Avaliação das deliberações CBH-PS 10 e 11 de 2022

Concluída a fase de avaliação dos estudos de fundamentação, a CTCOB procedeu à avaliação das deliberações CBH-PS 10 e 11, de 2022, cujas complementações ou adequações são listadas a seguir.

Deliberação CBH-PS nº 010, de 19 de agosto de 2022 – “Dispõe sobre a rerratificação nas páginas 259 e 265 do Volume IX – Prognóstico – revisão do Plano das Bacias Hidrográficas do rio Paraíba do Sul 2020-2023 e dá outras providências.”

SEM COMPLEMENTAÇÕES OU ADEQUAÇÕES

Deliberação CBH-PS nº 011, de 19 de agosto de 2022 – “Estabelece novos valores para os Preços Unitários Básicos – PUBs da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul e dá outras providências.”

Considerando que foi disponibilizado aos usuários a partir de 09 de maio de 2022 por meio do site do Comitê de Bacias e link quando do envio dos convites para todos os eventos, tanto o estudo da revisão da cobrança como os novos valores propostos através de um simulador off-line, como também, foi realizada ampla campanha de divulgação dos mesmos

- Corrigir para: Em 09 de maio foram disponibilizadas as primeiras versões do estudo e do simulador. Rever o texto do considerando

Considerando que no dia 05 de abril de 2022, ocorreu uma ampla reunião presencial envolvendo os membros do Comitê de Bacias e suas Câmaras Técnicas, os quais foram comunicados através de e-mails, como também foi divulgada pelas redes sociais e oficiais, a fim de apresentar as conclusões do Estudo da Revisão da Cobrança e o simulador geral na bacia paulista do rio Paraíba do Sul, quando se deu a aprovação unânime dos presentes, especialmente quanto ao percentual de revisão dos Preços Unitários Básicos

- Esta reunião teve como objetivo a apresentação dos estudos, sem qualquer aprovação formal deste ou dos PUBs, havendo apenas manifestação favorável da maioria dos presentes. Qualquer aprovação no comitê deve se dar por deliberação em plenária. Corrigir o considerando

Considerando que os novos valores da cobrança serão aplicados de forma progressiva, em 4 (quatro) anos, em conformidade com a Deliberação CRH nº 180/2015

- Não é considerando, deve ser artigo da deliberação
- Incluir Considerando indicando as deliberações dos CBHs AT e PCJ, devidamente aprovadas em plenária (Art. 3º, inciso V da Deliberação CRH 180), com manifestação em relação à revisão do X13.

Artigo 1º

- Rever a data de início da cobrança - data de início só será definida quando da edição do novo decreto

Parágrafo único do Art. 1º

- Alterar o texto da progressividade, para "40% no primeiro exercício fiscal de cobrança dos novos valores, 60% no segundo exercício fiscal de cobrança dos novos valores, etc", no lugar de especificar anos de 2023, 2024, 2025 e 2026.

Artigo 3º

Estabelece a manutenção do cálculo que vem sendo utilizado conforme o Decreto 51.450, mas no final desta deliberação propõe revogar o Decreto 51.450 a partir da

vigência de novo decreto com os critérios aqui aprovados. Logo, reproduzir nesta deliberação o artigo referente à mineração para que continue vigente.

Artigo 4º - Os termos constantes desta Deliberação poderão ser revistos pelo Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul, CBH-PS, a partir do 13º mês do início da cobrança, sendo que, nos aspectos da cobrança relativos ao lançamento com o fim de diluição, transporte e assimilação de efluentes, deverá ser acrescida a consideração de cargas inorgânicas, observado o prazo disposto no art. 15 do Decreto 50.667/06

- No caso do CBH-PS a cobrança já está implantada há vários anos, logo não se aplica referência a "a partir do 13º mês do início da cobrança". Este texto deve ser substituído por "a partir do 13º mês do início da cobrança dos novos valores definidos nesta deliberação", e constar esta condição apenas se houver um pacto no comitê de fazer qualquer alteração após esta data. Caso contrário não há necessidade do artigo, uma vez que a qualquer momento pode ser feita alteração do decreto que regulamenta a cobrança no comitê com um novo decreto.

O artigo 15 do Decreto 50.667/06 também se refere ao início da cobrança, e não à revisão da cobrança: "**Artigo 15** - Para efeito da implantação gradativa da cobrança, de que trata o artigo 3º, da Lei nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005, a parcela referente à cobrança pela utilização dos recursos hídricos para diluição, transporte e assimilação de efluentes, deverá ser iniciada com o parâmetro Demanda Bioquímica de Oxigênio de 5 dias a 20º C (DBO 5,20)."

Esta condição já foi atendida pelo comitê quando da implantação da cobrança

Artigo 5º - Parágrafo 1º

- Compatibilizar número de parcelas do estudo (6 parcelas) com número de parcelas da deliberação, a partir do momento que a deliberação aprovada pelo comitê aprovou 8 parcelas.

Artigo 5º - Parágrafo 2º, inciso II

- Compatibilizar número de parcelas do estudo (6 parcelas) com número de parcelas da deliberação, a partir do momento que a deliberação aprovada pelo comitê aprovou 8 parcelas.

Artigo 7º, inciso II, alínea f

- Na tabela que define os coeficientes de consumo, consta no coeficiente X6 como critério: "Coeficiente ponderador já considerado no consumo". Corrigir o critério para este coeficiente X6, definindo-o ou apenas retirando o texto constante na tabela.

Artigo 9º, Parágrafo 1º, Inciso 3 – As amostragens para avaliação das cargas orgânicas afluentes e efluentes à ETEL, assim como dos corpos d'água receptores, referidas neste artigo, deverão ser realizadas simultaneamente obedecendo à Nota

Técnica a ser estabelecida por Resolução Conjunta das Secretarias de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento – SERHS e de Meio Ambiente – SMA, prevista no inciso IV do artigo 3º da Deliberação CRH nº 180/2015, de 14 de dezembro de 2015, reconhecida a legislação ambiental estadual e federal vigente e os parâmetros de lançamento de despejos líquidos e de corpos receptores d’água nela estabelecida.

- Proposição de novo texto, elaborado pela CETESB: “As amostragens para avaliação das cargas orgânicas afluentes e efluentes à ETEL, assim como dos corpos d’água receptores, referidas neste artigo, deverão ser realizadas conforme procedimento estabelecido em decisão de diretoria da CETESB, devidamente disponibilizada na página eletrônica deste órgão, no link https://cetesb.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/DD-054_2022_C_E_I-Automonitoramento-PAEL.pdf

Artigo 13

- O artigo em questão se refere à implementação da cobrança, e o objetivo da deliberação é a revisão de valores e critérios. Rever texto do artigo
- Inserir artigo: a cobrança dos novos valores de PUBs e dos novos critérios só poderá ser efetivada após a edição do decreto e da data de emissão dos boletos, não podendo haver retroatividade ao início do ano.

Artigo vigente na revisão do PCJ, que pode ser utilizado como modelo:

Deliberação PCJ 211/2014, em atendimento à Deliberação CRH 169/2015

“Art. 5º A aplicação dos valores dos PUBs descritos no art. 2º deste anexo ocorrerá somente e imediatamente após a data de publicação, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, do decreto do Governador do Estado de São Paulo, previsto no inciso IV do art. 6º da Lei nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005, regulamentado por meio do inciso VI do art. 14 do Decreto nº 50.667, de 30 de março de 2006, com os valores correspondentes ao período em que ocorrer a publicação, não retroagindo a cobrança para datas anteriores à data de início da validade desses PUBs.”

4. Próxima reunião:

19 de dezembro de 2022 às 09h00

Pauta:

- Aprovação da memória da 126ª reunião da CTCOB
- Fechamento do Parecer CTCOB 02/2022, referente à avaliação dos estudos de fundamentação para revisão dos valores e critérios da cobrança na UGRHI 02, e das deliberações PS 10 e 11, de 2022